

PARECER

Processo nº: 004397/2025

Pregão Eletrônico nº: 0036/2025

Assunto: Recurso administrativo interposto em face da classificação de propostas

Recorrente: TK Produtos e Equipamentos Médicos Ltda-ME

Objeto: Pregão para aquisição de equipamentos para UBS

Data: 08/10/2025

Trata-se de recurso administrativo interposto pela empresa TK Produtos e Equipamentos Médicos Ltda-ME contra o resultado da fase de julgamento das propostas no Pregão Eletrônico nº 0036/2025, alegando que as empresas vencedoras apresentaram produtos que não atenderiam às especificações do edital, motivo pelo qual pleiteia a desclassificação das licitantes M CARREGA COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES, que sagrou-se vencedora do item nº 01 e da segunda colocada, a empresa COSTA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA, por ter ofertado equipamentos em desacordo com o Edital.

O recurso foi devidamente processado, tendo sido intimadas as empresas vencedoras para apresentação das suas contrarrazões, permanecendo inertes. O feito foi encaminhado à esta Assessoria Jurídica para emissão de parecer.

A recorrente aponta que os itens apresentados pelas empresas classificadas apresentam divergências técnicas relevantes, tais como:



- Ausência de bateria recarregável, quando exigido alimentação por bateria de lítio;
- Grau de proteção IP20, quando o edital exigia IP22;
- Fluxo de aspiração de 36 LPM, superior ao limite máximo previsto no edital de 30 LPM;
- Peso do equipamento de 6 kg (vazio) a 11 kg (com carga), superior ao exigido de até 3,5 kg.

A recorrente alega que a 1ª colocada não especificou o modelo ofertado, indicando apenas a marca MRM, o que impossibilita a verificação da aderência técnica ao edital.

Solicita a aplicação do art. 165 da Lei 14.133/2021, que trata do recurso administrativo nos processos licitatórios, por entender que houve violação aos critérios de julgamento.

O Pregoeiro manteve a classificação das empresas vencedoras, razão pela qual a recorrente apresentou recurso visando a desclassificação das propostas.

O art. 3º da Lei nº 14.133/2021 determina que a licitação deve assegurar, entre outros princípios, o julgamento objetivo, a vinculação ao edital e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

O edital é o instrumento que vincula a Administração e os licitantes, sendo vedada a aceitação de propostas que não atendam aos requisitos mínimos estabelecidos, sob pena de violação aos princípios da legalidade, isonomia, competitividade e segurança jurídica.





Verifica-se, com base no recurso apresentado e as informações trazidas pelo recorrente juntados aos autos que os produtos ofertados pelas empresas vencedoras efetivamente não atendem às especificações mínimas do edital, especialmente quanto à forma de alimentação (bateria recarregável), ao grau de proteção exigido (IP22), ao limite do fluxo de aspiração e ao peso máximo.

Com base nisso, o documento aponta que o equipamento não atende às especificações do edital ou termo de referência, o que pode justificar a recusa do recebimento, eventual rejeição da nota fiscal ou aplicação de penalidades contratuais.

Tais requisitos são técnicos e objetivos, definidos pela área demandante, e sua flexibilização posterior compromete a lisura do certame e o princípio da vinculação ao edital.

Nesse sentido, é irregular a aceitação de propostas que contrariem exigências do edital, ainda que em aspectos aparentemente secundários, quando essas exigências foram claras e objetivas.

Nos termos do art. 147, §1º da Lei 14.133/2021, a Administração pode recusar total ou parcialmente o objeto contratado caso este esteja em desacordo com as especificações técnicas exigidas. A divergência quanto a características essenciais do equipamento – como fonte de alimentação, proteção elétrica, capacidade técnica e ergonomia – compromete a funcionalidade, segurança e utilidade do bem, não se tratando de mero vício sanável.

O recebimento de bens com tais desconformidades caracterizaria violação ao dever de legalidade e controle interno, podendo inclusive ensejar responsabilização do gestor (art. 155 da mesma lei).





Ad argumentantum tantum, as empresas licitantes foram devidamente intimadas para apresentação de contrarrazões, nos termos do art. 165, §1º da Lei 14.133/2021, porém permaneceram inertes, não apresentando qualquer documento, justificativa técnica ou esclarecimento que refutasse os argumentos e provas acostadas pela recorrente.

O silêncio das partes intimadas, sobretudo diante de apontamentos técnicos relevantes e objetivos, reforça a necessidade de acolhimento do recurso, sob pena de afronta ao princípio da legalidade e da vinculação ao instrumento convocatório.

Diante da inércia das empresas recorridas, aliada à robustez dos argumentos e documentos apresentados pela empresa recorrente, opina-se pelo DEFERIMENTO do recurso, com a desclassificação das propostas que apresentaram produtos em desconformidade com o edital, determinando-se o prosseguimento do certame com a análise das demais propostas habilitadas.

Salvo melhor

É o parecer, que ora submeto à apreciação superior.

DANIEL DE CASTRO SOARES

Procurador Geral do Município

Portaria nº 017/2025

